

A NECESSÁRIA ATUALIZAÇÃO DA LEI 6.538/1978, QUE DISPÕE SOBRE OS SERVIÇOS POSTAIS NO BRASIL

rdai.com.br/ojs/index.php/rdai/article/view/134



- Luiz Alberto Blanchet Pontifícia Universidade Católica do Paraná (Curitiba, Paraná, Brasil)  <https://orcid.org/0000-0003-1163-0342>
- Anelize Klotz Fayad Pontifícia Universidade Católica do Paraná (Curitiba, Paraná, Brasil)  <https://orcid.org/0000-0002-5639-688X>

DOI: <https://doi.org/10.48143/rdai/07.lab>

Palavras-chave: Serviços públicos, Serviço postal, Monopólio, Empresa pública, Consumidor

Resumo

Constituição da República estabelece, em seu art. 21, X, ser da União a competência pela manutenção do serviço postal e correio aéreo nacional assim como legislar sobre o assunto, art. 22, V. O serviço postal é regulamentado pela Lei 6.538/78 sendo realizado pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, ECT, Empresa Pública, integrante da Administração Pública Indireta. As Empresas Públicas existem para a prestação de serviços ou exploração de atividades econômicas. Sendo serviço público, submete-se ao art. 22 do Código de Defesa do Consumidor, Lei 8.078/90, e os serviços fornecidos devem ser adequados, eficientes e seguros. A Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 46 contestou a recepção da lei que regulamenta o serviço postal por entender que ela assegura o monopólio dos serviços postais aos Correios (arts. 2º e 9º), e por considerar como crime a violação do privilégio postal da União (art. 42). A existência do monopólio estatal dos Correios contraria os princípios da livre-iniciativa, da liberdade no exercício de qualquer trabalho, da livre-concorrência e do livre-exercício de qualquer atividade econômica. A liberdade ao consumidor é atingida a partir da ausência de escolhas, considerando a deficiência na qualidade do serviço público postal prestado. A ADPF foi julgada improcedente pela maioria dos ministros do Supremo Tribunal Federal. Nesse contexto, há dois Projetos de Lei, o 7.638/17 (apensado ao Projeto de Lei 6.385/16) que dispõe sobre a prestação preferencial de serviços postais da ECT pelos órgãos públicos federais da Administração Direta e Indireta e o 7.354/10, que dispõe sobre a compensação a clientes da ECT no caso de atraso ou extravio de objeto postal.

Downloads

Não há dados estatísticos.

Biografia do Autor

Luiz Alberto Blanchet, Pontifícia Universidade Católica do Paraná (Curitiba, Paraná, Brasil)

Doutor em Direito pela UFPR. Professor titular de Direito Administrativo nos cursos de doutorado, mestrado e graduação da PUCPR. Advogado. blanchet@blanchet.adv.br

Anelize Klotz Fayad, Pontifícia Universidade Católica do Paraná (Curitiba, Paraná, Brasil)

Advogada. Graduada em Direito pela FAO/PR. Mestra em Direito pela PUCPR. Especialista em Processo do Trabalho e Direito Previdenciário pela EMATRA/PR. Administradora graduada pela UFPR. Pós-Graduada em Marketing e Logística Empresarial pela UFPR e Pós-Graduada em Negócios Internacionais e Logística Internacional pela FAE Business School/PR. anelizefayad@yahoo.com.br

Referências

ABF, Associação Brasileira de Franchising. Os termos de Franchising mais utilizados por quem é desse ramo. Disponível em:

<http://www.portaldofranchising.com.br/artigos-sobre-franchising/os-termos-de-franchising/>. Acesso em: 08.09.2017.

BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. Curso de direito administrativo. 32. ed. São Paulo: Malheiros, 2015.

BLANCHET, Luiz. Anotações de aula. Disciplina direito administrativo empresarial implementador do desenvolvimento sustentável. Mestrado em Direito, Programa de Pós-Graduação em Direito. Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Curitiba, 20.09.2017.

BRASIL. Correios. Disponível em: <http://www.correios.com.br/sobre-correios/acesso-a-informacao/perguntas-frequentes> Acesso em: 14.09.2017.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito administrativo. 23. ed. São Paulo: Atlas 2010.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Discricionariedade administrativa na Constituição de 1988. 2. ed. São Paulo: Atlas: 2007.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Parcerias na administração pública. Concessão permissão, franquia, terceirização, parceria público privada e outras formas. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

EFING, Antônio Carlos. Prestação de serviços. Uma análise jurídica, econômica e social a partir da realidade brasileira. São Paulo: Ed. RT, 2005.

FGV – Fundação Getúlio Vargas. CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas. Fatos e imagens: artigos ilustrados de fatos e conjunturas do Brasil. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/AI5> Acesso em: 02.09.2017.

FAYAD, Anelize Klotz. As aparentes responsabilidades: civil e criminal, previstas na legislação de energia nuclear no Brasil. Revista dos Tribunais, São Paulo, v. 961, ano 104, p. 297-315, nov. 2015.

JUSTEN, Filho Marçal. Curso de direito administrativo. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

KOZICKI, Katya; LORENZETTO, Bruno Meneses. Entre o passado e o futuro: a não acabada transição no Brasil. In: PIOVESAN, Flávia (Coord.). Direitos humanos atual. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

LEVY, Pierre. Ciberultura. Trad. Carlos Irineu Costa. São Paulo: Ed. 34, 1999. (Cyberculture Éditions Odile Jacob, 1997. Catalogação na Fonte do Departamento Nacional do Livro (Fundação Biblioteca Nacional, RJ, Brasil)).

MARTINS, Marcus. Minas Gerais – São Paulo. PY4SM/PY2DD/ZW4SM. CW/telegrafia/morse. Disponível em:

<http://www.qsl.net/py4sm/cw.htm> Acesso em: 11.09.2017.

MEDAUAR, Odete. Direito administrativo moderno. 19. ed. São Paulo: Ed. RT, 2015.

SILVA, Jose Afonso. Comentário contextual à Constituição. 6. ed. São Paulo: Malheiros, 2009.

ISSN 2526-8120

7 | RDAI

outubro / dezembro 2018

REVISTA DE

DIREITO ADMINISTRATIVO E INFRAESTRUTURA

Journal of Public Law and Infrastructure

Publicado

2018-12-30

Como Citar

1.

Blanchet L, Fayad A. A NECESSÁRIA ATUALIZAÇÃO DA LEI 6.538/1978, QUE DISPÕE SOBRE OS SERVIÇOS POSTAIS NO BRASIL. RDAI [Internet]. 30dez.2018 [citado 13dez.2020];2(7):23 -49. Available from: <https://rdai.com.br/ojs/index.php/rdai/article/view/134>

Edição

v. 2 n. 7 (2018)

Seção

Artigos

A submissão e a publicação de artigos são gratuitos; avaliados por pares; o periódico utiliza o CrossCheck (antiplágio) e cumpre com o Guia dos Editores da *COPE - Committee on Publication Ethics*, além das recomendações Elsevier e SciELO. Confira as Regras para a submissão e avaliação da RDAI.